



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



LEI ORDINÁRIA Nº. 1.430/2016.

De 26 de outubro de 2016.

Estima a Receita e Fixa e Despesa do Município de Farias Brito para o Exercício Financeiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO, ESTADO DO CEARÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Farias Brito para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I. O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, Órgãos, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e Entidades da Administração Direta e Indireta;

II. O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos a ele vinculados, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, e Entidades da Administração Direta e Indireta.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita e da Fixação da Despesa



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



Art. 2º - O Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Farias Brito, para a vigência no exercício financeiro de 2017, composto pelas RECEITAS e DESPESAS do Município, as quais se encontram discriminadas nos anexos constantes desta lei estima a receita em R\$ 54.443.534,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

Art. 3º - A Despesa Orçamentária fixada no mesmo valor da Receita Total estimada, ou seja, em R\$ 54.443.534,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais), é desdobrada nos seguintes conjuntos:

I. Orçamento Fiscal, em R\$ 39.100.837,70 (trinta e nove milhões, cem mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta centavos);

II. Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 15.342.696,30 (quinze milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

Art. 4º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos está orçada segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES	53.918.101,00
Receita Tributária	1.441.300,00
Receitas de Contribuições	460.000,00
Receita Patrimonial	524.000,00
Receita de Serviços	66.000,00
Transferências Correntes	51.211.301,00
Outras Receitas Correntes	215.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.100.000,00
Alienação de Bens	50.000,00
Transferência de Capital	5.050.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 4.574.567,00
Deduções – FUNDEB	- 4.574.567,00
TOTAL	54.443.534,00



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



Art. 5º - A Despesa total de conformidade com a discriminação dos quadros constantes dos anexos, parte integrante desta lei está fixada com a seguinte distribuição institucional, funcional e econômica, conforme discriminação abaixo:

INSTITUCIONAL	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Câmara Municipal	1.952.500,00		1.952.500,00
Gabinete do Prefeito	515.000,00		515.000,00
Sec. de Administração e Finanças	3.044.000,00		3.044.000,00
Sec. Mun. Agricultura M. Ambiente	839.000,00		839.000,00
Secretaria de Infra-estrutura	9.326.968,25		9.326.968,25
Procuradoria Geral do Município	70.000,00		70.000,00
Secretaria de Transportes	700.000,00		700.000,00
Sec. Cultura, Esporte e Juventude	1.576.000,00		1.576.000,00
Secretaria de Educação	21.077.369,45		21.077.369,45
Secretaria de Saúde		12.267.446,30	12.267.446,30
Fundo Mun. Assistência Social		3.043.250,00	3.043.250,00
Fundo da Criança e Adolescente		32.000,00	32.000,00
TOTAL	39.100.837,70	15.342.696,30	54.443.534,00

FUNCIONAL	TOTAL
Legislativa	1.952.500,00
Administração	7.165.718,25
Segurança Pública	269.000,0
Assistência Social	3.075.250,00
Saúde	12.267.446,30



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



Educação	21.077.369,45
Cultura	443.000,00
Urbanismo	2.571.250,00
Habitação	460.000,00
Gestão Ambiental	2.482.000,00
Agricultura	625.000,00
Energia	20.000,00
Transporte	1.204.000,00
Desporto e Lazer	631.000,00
Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	54.443.534,00

ECONÔMICA	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	42.212.445,75
Pessoal e Encargos Sociais	24.667.413,75
Juros e Encargos da Dívida	2.500,00
Outras Despesas Correntes	17.542.532,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.031.088,25
Investimentos	11.831.088,25
Amortização da Dívida	200.000,00
Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	54.443.534,00

Art. 6º - Em conformidade com a LDO para o ano de 2017, estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução.

Seção II Da Autorização para a Abertura de Créditos

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais normas Constitucionais e nos termos da Lei 4.320/64, através de decreto, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



I. De modo a atualizar os valores orçados nesta Lei, à conta de excesso de arrecadação e superávit financeiro, conforme inciso I e II, § 1º, do Art. 43 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

II. A qualquer época do exercício até o limite de 100% (cem por cento) de seu valor total, com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos compensatórios a reserva de contingência e as disponibilidades orçamentárias de acordo com o inciso III do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III. Destinado a ampliar dotações orçamentárias, vinculadas ao recebimento de recursos oriundos de outras esferas do Governo, inclusive os provenientes de convênios, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação produzido pelo aumento da rubrica da receita arrecadada, até o limite dos respectivos recursos;

IV. Para dotações financiadas à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no inciso IV, do § 1º do Art. 43, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite dos respectivos contratos;

V. Com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso II, do § 1º, do Art. 43, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados.

§ 1º - Na abertura de créditos poderá ser utilizado a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

§ 2º - A movimentação de crédito no mesmo grupo de natureza de despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma fonte de recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, realizado através de Portaria e/ou Ofício, não compreenderá o limite mencionado no inciso II deste artigo.



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



Art. 8º - Firmado o instrumento de transferência voluntária, far-se-á a suplementação da dotação, nos limites do repasse financeiro pactuado. A suplementação de dotação aqui mencionada será feita por excesso de arrecadação.

Art. 9º - Os Créditos Especiais autorizados no último quadrimestre do exercício financeiro de 2016 e os extraordinários, quando reabertos na forma do parágrafo 2º do Art. 167 da Constituição Federal, serão classificados em conformidade com a classificação adotada na presente lei.

CAPÍTULO III

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 10º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito, conforme estabelece a Lei Federal Nº4.320/64, exceto operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017.

Art. 12º - O Chefe do Poder Executivo fixará, através de Decreto, conforme determinação contida no Art. 8º da Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000, e estabelecerá, até 30 dias após a publicação do orçamento, a programação financeira e o



GOVERNO MUNICIPAL

FARIAS BRITO AINDA MELHOR



cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias.

Art. 13º - Ficam todas as disposições, especificadas na presente Lei, automaticamente incorporadas às Leis, que instituíram o Plano Plurianual para o período de 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Farias Brito, em 26 de outubro de 2016.

JOSÉ VANDEVELDER FREITAS FRANCELINO
PREFEITO MUNICIPAL



GOVERNO MUNICIPAL
FARIAS BRITO AINDA MELHOR



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

O *Prefeito Municipal de Farias Brito-Ceará, José Vandevelder Freitas Francelino, no uso de suas atribuições legais, e no termo do Art. 98 da Lei Orgânica Municipal, em cumprimento às exigências legais, em conformidade com o art. 111 da Lei Orgânica Municipal-Ceará e com a decisão do STJ - Recurso Especial: REsp 105232 CE 1996/0053484-5.*

CERTIFICA

Que a Lei Municipal nº. 1.430/2016, datada de 26 de outubro de 2016, que **“Estima a Receita e Fixa e Despesa do Município de Farias Brito para o Exercício Financeiro de 2017”** foi publicada na data de hoje no flanelógrafo situado da sede do Poder Executivo Municipal.

O referido é a expressão da verdade, pelo que firmo a presente certidão.

Farias Brito, Ceará, em 26 de outubro de 2016.

JOSÉ VANDEVELDER FREITAS FRANCELINO
PREFEITO MUNICIPAL